

Carta em Defesa do Plano Diretor Participativo de Jundiaí

Em 2016 Jundiaí aprovou seu novo Plano Diretor, elaborado de forma extremamente participativa: durante dois anos e meio de discussões, mais de 11 mil pessoas participaram de centenas de encontros, reuniões, debates e fóruns, em um movimento inédito na sociedade jundiaiense. Além dos técnicos e profissionais que usualmente trabalham neste tipo de processo, também participaram acadêmicos, sindicatos, entidades de classe, organizações sociais e, o mais importante, moradores de todas as regiões da cidade.

Tais debates tiveram o mérito de escancarar os conflitos e diferentes pontos de vista existentes em nossa cidade. Todas as empresas, organizações, entidades e indivíduos puderam apresentar suas ideias e interesses, sendo que a definição final foi coletiva, resultado do amadurecimento do assunto, com ampla negociação e votação sobre aquilo que não havia concordância geral.

Criou-se então um Plano Diretor de consensos, muito além dos interesses individuais ou de segmentos específicos, buscando o equilíbrio necessário para que nossa cidade se desenvolva com qualidade de vida e distribua oportunidades para todos.

Este consenso tem 5 pilares principais, que hoje significam a cidade que os jundiaienses querem ter:

- Proteger a Produção de Água
- Preservar o Meio Ambiente
- Adequar a cidade ao Estatuto das Cidades
- Ordenar o Crescimento da Cidade
- Manter a Gestão Participativa da Cidade

Correções e ajustes sempre são válidos, e fazem parte do processo contínuo de aprimoramento que o planejamento urbano necessita. Porém, esses ajustes devem necessariamente manter os cinco pilares construídos pela população e que podem ser entendidos melhor nos Artigos 6º (Os princípios orientadores da Política de Desenvolvimento Urbano e Rural do Município) e 7º (Os objetivos que norteiam este Plano Diretor) do Plano Diretor Participativo.

Qualquer modificação que altere ou ameace qualquer desses pilares é, além de contrária ao interesse geral da população e um ataque ao processo participativo realizado, um risco ao desenvolvimento sustentável, equilibrado e humano de Jundiaí.

Vale destacar ainda que o Plano Diretor Participativo criou um Conselho Municipal e Fóruns Anuais para que todos e todas as jundiaienses possam participar de sua implementação. Ou

seja, qualquer aperfeiçoamento precisa passar por esses espaços de participação e mudanças mais drásticas - que mudem os rumos daquilo que foi aprovado por todos - precisam passar por um processo igualmente amplo e abrangente, sob risco de ter pouca legitimidade.

Hoje, há uma série de medidas que precisam ser tomadas, como a regulamentação do Fundo Municipal de Política Territorial, o Plano de Desenvolvimento Rural e o Plano de Mobilidade, entre outros. Consta prazo na lei para sua efetivação e alguns, encontram-se já vencidos. Se as medidas não forem adotadas, o Plano não sairá do papel.

Pensar apenas no interesse econômico ou em um setor específico é um erro que foi cometido na última década, que já está sendo pago por nós e, se retomado, afetará todas as gerações futuras. Qualquer setor ou grupo econômico deve estar a serviço do desenvolvimento da cidade, e não seu inverso, colocar a cidade a serviço de um grupo específico.

Pela primeira vez houve a tentativa de aproximarmos a lei da cidade existente, utilizando as bases oficiais e legais dos cadastros da prefeitura. Obviamente, sabemos que há uma diferença entre a cidade legal e a cidade real, mas, essa aproximação inédita, que respalda as definições e tabelas de uso e ocupação do solo, demonstram que ao longo dos anos é possível aproximarmos essas duas "Cidades" inclusive, através do Sistema de informações Georreferenciado - o que representa efetivar a cidade legal, além de promover a transparência das informações territoriais a todos os cidadãos.

Em razão destes ajustes entre a cidade legal e a real, entidades procuram justificar a necessidade de separar as duas legislações. Essa prática, de trabalhar o Plano Diretor separado da Lei de Uso e Ocupação do Solo busca, na realidade, flexibilizar a alteração do zoneamento e seus parâmetros, sem o Processo Participativo!

Separar as leis é retroceder no tempo e ceder aos anseios privados, além de voltar a fazer da cidade uma "colcha de retalhos" alterada de acordo com meros interesses particulares, alheios ao coletivo e à orientação técnica. É uma perda também na aplicação dos conceitos norteadores do Plano Diretor.

Alteração do zoneamento de rural para urbano na Bacia do Jundiá Mirim, local do principal manancial da cidade, fere o processo participativo, compromete a qualidade de vida de toda a cidade e atenta contra as gerações futuras. Aliás, um dos maiores acertos do Plano Diretor Participativo foi justamente a preservação do cinturão verde da cidade, inclusive com a criação de zonas de amortecimento da urbanização, e o esforço para a valorização e viabilidade financeira do produtor rural de nossa cidade.

Se cada jundiáense gastar R\$10,00 por dia com alimentos produzidos aqui no nosso cinturão, serão R\$ 4.000.000,00 (Quatro Milhões de Reais) gerados, **por dia**, em uma ação que ajuda na produção de água e alimentos, na preservação do meio ambiente e no desenvolvimento turístico e econômico da cidade.

Estão sob ameaça também, áreas denominadas Periurbano 1 e 2, locais de fragilidade ambiental, mas que possuem estoques de terras para produção imobiliária. O Plano Diretor entende que estas áreas tem por objetivo buscar um amortecimento entre a zona urbana e as zonas de produção de água e rural e assim, regula sua ocupação de forma a buscar o equilíbrio sustentável da cidade. Estão nestas zonas, por exemplo, os Bairros do Eloy Chaves (ao pé da Serra do Japi), e o Bairro do Engordadouro. Um aumento de densidade nestas zonas trará prejuízos sociais, ambientais, estruturais, patrimoniais e econômicos para toda a cidade.

Depois de quase uma década de crescimento desordenado, que fez explodir o trânsito de automóveis, que permitiu grande concentração de prédios em locais inapropriados e sem contrapartidas à sua vizinhança e incentivou a formação de bairros sem equipamentos de saúde e educação, todos aqueles que participaram destas decisões políticas precisam se engajar na implementação do Plano Diretor Participativo.

É sua implementação, e não sua mudança, que trará um futuro melhor!

Assinam,

1. Adriana Zutini
2. Afonso Peche
3. Alcione Donate
4. Alissandra Bernardini de Oliveira
5. Ana Cristina Lopes Jorge
6. Andrea Ramos Rosa
7. Beatriz Miranda Portugal de Barros
8. Bruna Quirino
9. Bruno Galiego
10. Caio Vinicius Simão
11. Camila Mendes de Godoi
12. Carlos Alberto Kubitza
13. Carlos Eduardo Ferrari
14. Caroline Folster
15. Caroline Ungaro
16. Christiano Basile
17. Clara Letícia Freitas Lopes
18. Claudia Maria Barbosa de Alencar
19. Cristiane Santos Berteloni
20. Daniel Polo
21. Daniela Colagrossi
22. Daniela Sutti
23. Daniela Triveloni
24. Décio Luiz Pinheiro Pradella
25. Eleusina Lavor Holanda de Freitas
26. Erazê Sutti
27. Érica Angeli Cintra Sartor
28. Ede Galileu da Silva
29. Fernanda C. S. Tibério
30. Fê Juncal
31. Felipe Pinheiro
32. Flávio Gut
33. Gianluca Hernandez
34. Glauco Gobbi
35. Gustavo Diniz
36. Gustavo Koch
37. Helena Alves Cristina de Oliveira
38. Heloisa Silva Oliveira
39. Henrique Parra Parra
40. Henrique Parra Parra Filho
41. Indalécia Ap Paim de Souza Moraes
42. Ingrid Caroline Martins
43. José Renato Polli
44. Julio Cesar Cintrão
45. Kátia Manfredi
46. Ligia Rodrigues

47. Luan Vitor Silva de Souza
48. Lucas Forlevisse
49. Lucelena Rodrigues
50. Luigi Marson
51. Luiz Carlos Moraes
52. Marcelo Lo Monaco
53. Marcelo Pilon
54. Márcia Carneiro Leão
55. Marcos Tebom
56. Mariana Janeiro
57. Marilena Negro
58. Maurício Ribeiro
59. Milene Karen Garcia
60. Miriam Cristina Lopes Vaz
61. Osmar Francisco da Silva
62. Paola Paes Manso
63. Paula Pimenta
64. Paulo Eduardo Silva Malerba
65. Pedro Americo Calzoli
66. Pedro Souza Moraes
67. Pier Paolo Bertuzzi Pizzolato
68. Rafael Alcadipani
69. Rafael Regatieri
70. Reginaldo Manoel da Costa
71. Reinaldo Fernandes
72. Renan Felipe dos Santos
73. Roberto Fernandes
74. Rodrigo Mendes Pereira
75. Rose Gouvea
76. Rose Regina Mingotti
77. Samuel Nascimento Galiego
78. Samuel Saviato Foelkel
79. Sérgio Eduardo Aguiar
80. Silvio de Rezende Duarte Filho
81. Tainan Franco
82. Tatiana Reis Pimenta
83. Thuany Figueiredo
84. Valéria Ferreira
85. Vania Feitosa
86. Viviane Souza Moraes
87. William Grilo
88. Yolanda Fernández Páez